

INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS DA CHINA NO BRASIL: A PRESENÇA DE EMPRESAS CHINESAS NA ECONOMIA BRASILEIRA NOS SÉCULOS XX E XXI

Hugo Carcanholo Iasco-Pereira^a

Gilberto Libânio^b

^a Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, PR, Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4650-1161>

^b Professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, MG, Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4583-4346>

Recebido: 31/10/2021

Aceito: 17/01/2023

Received: 2021/10/31

Accepted: 2023/1/17

RESUMO: O objetivo deste estudo é documentar a evolução das relações econômicas sino-brasileiras, com atenção especial para o mapeamento da evolução da atuação empresarial chinesa na economia brasileira ao longo dos séculos XX e XXI. Para esse propósito, este trabalho buscou situar as relações econômicas entre os países em termos comerciais e de investimentos externos diretos, utilizando dados convencionais. A contribuição inédita consiste em analisar os dados da Receita Federal do Brasil sobre o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) para identificar a atuação setorialmente detalhada das empresas chinesas ao longo do tempo. Os resultados deste estudo indicaram que o padrão das relações econômicas sino-brasileiras se modificou ao longo dos anos, tornando-se bastante complexo. Observaram-se algumas tendências predominantes: i) a atuação empresarial chinesa é bastante diversificada em termos setoriais; ii) os dois setores que mais se destacam são indústria de transformação e atividades financeiras; iii) identificou-se a atuação chinesa em atividades financeiras de cunho especulativo,

Correspondência para: Hugo Carcanholo Iasco Pereira
Contato: hugo.carcanholo@gmail.com



bem como um grande número de holdings chinesas de instituições não-financeiras; e iv) diversas empresas chinesas atuam em setores-chave da Quarta Revolução Industrial e em setores comerciais (atacado e varejo). Por fim, este trabalho procurou explicar os referidos padrões setoriais.

PALAVRAS-CHAVE: investimentos chineses diretos; empresas chinesas; economia brasileira.

CLASSIFICAÇÃO JEL: F2; F21; F23; F6.

FOREIGN DIRECT INVESTMENTS OF CHINA IN BRAZIL: THE PRESENCE OF CHINESE FIRMS IN THE BRAZILIAN ECONOMY OVER THE CENTURIES XX AND XXI

ABSTRACT: The aim of this study is to document the evolution of Sino-Brazilian economic relations, with special attention to mapping the evolution of Chinese business performance in the Brazilian economy over the 20th and 21st centuries. For this purpose, the work sought to situate the economic relations between these countries in terms of trade and foreign direct investment, using conventional databases. The original contribution to the existing literature consists of analyzing the data from the Federal Revenue of Brazil on the National Register of Legal Entities to identify the sector-detailed presence of Chinese companies over time. The results of the study indicated that the pattern of Sino-Brazilian economic relation has changed, becoming quite complex. Some predominant trends were observed: i) the Chinese business activity is quite diversified in terms of sectors; ii) the manufacturing industry and financial activities are the sectors that mostly stand out; iii) the Chinese activity in speculative financial activities was identified, as well as many Chinese holding companies of non-financial institutions; iv) several Chinese companies operate in key-sectors of the fourth industrial revolution and in tertiary sectors (wholesale and retail). Finally, the work sought to shed some light on these sectorial patterns.

KEYWORDS: Chinese investments; Chinese firms; Brazilian economy.

INTRODUÇÃO

A China surgiu como um dos grandes atores mundiais do século XXI. Ancorada em um crescimento econômico próximo dos dois dígitos, a economia asiática passou por profundas alterações em sua estrutura produtiva guiadas por estratégias deliberadas do Estado chinês de industrialização, modernização e desenvolvimento tecnológico. As relações econômicas internacionais da China também estão alinhadas com esses objetivos, seja no curto ou longo prazo. A expansão chinesa na economia mundial por meio do comércio internacional, ou da internacionalização de empresas, está associada estrategicamente com os referidos objetivos chineses e é impulsionada por políticas da República Popular da China.

As relações sino-brasileiras são relativamente recentes. O reconhecimento diplomático entre os países aconteceu em 1974. As relações econômicas são ainda mais recentes, sobretudo na contemporânea importância assumida pelos fluxos comerciais e investimentos chineses diretos no Brasil. A China é o principal parceiro comercial do Brasil tanto de importações quanto de exportações, desde 2009. A economia brasileira se situa entre os principais destinos dos investimentos diretos chineses em termos de valores. Existe, contudo, uma lacuna na literatura que reside na falta de um mapeamento detalhado da atuação das empresas chinesas no Brasil, sobretudo com parâmetros consistentes e confiáveis.

Uma das várias contribuições de David Kupfer consistiu em avançar nesse sentido.¹ Kupfer e Freitas (2018) criaram a base de dados “Investimento Direto Estrangeiro Chinês no Brasil, 2010-2016”² para analisar os investimentos para o período a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0). Os autores mostraram que a atuação chinesa na economia é diversificada, embora os grandes valores de investimento se concentrem em alguns poucos setores, como o energético. As principais conclusões de Kupfer e Freitas (2018) indicam uma certa diversificação dos investimentos chineses na economia brasileira em direção a setores de serviços — o que é apontado

¹ As relações econômicas entre Brasil e China ocuparam certo espaço nas atividades de pesquisa de David Kupfer, sobretudo em suas atividades mais recentes. Informações retiradas da plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/1728406549087162>) indicam que ele era membro do Conselho Científico do Instituto de Estudos Brasil-China (Ibrach), tendo apresentado estudos sobre a temática nas conferências Brazil-China Innovation Dialogue de 2015 e 2018; ou tendo atuado como Coordenador da Mesa “Economia Política da China: Padrões de Acumulação e Novas Tensões” na Conferência Internacional Economia Política do Desenvolvimento da China em 2017.

² O conjunto completo de dados pode ser acessado na página do Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2023).

como uma tendência futura pelos autores, bem como uma alteração da indústria extrativa para a indústria de eletricidade, como principal setor de destino.

O objetivo deste estudo, complementar à análise de Kupfer e Freitas (2018), é documentar a evolução das relações econômicas sino-brasileiras, com atenção especial para o mapeamento da evolução da atuação empresarial chinesa na economia brasileira ao longo dos séculos XX e XXI. Para esse propósito, o trabalho buscou situar as relações econômicas entre os países em termos comerciais e de investimentos externos diretos (IED), com o emprego de dados usualmente utilizados pela literatura (como valores de comércio internacional e IED). A contribuição inédita deste artigo consiste em analisar os dados da Receita Federal do Brasil sobre o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) para identificar a atuação setorial das empresas chinesas ao longo do tempo. Essa base de dados permite identificar todas as empresas chinesas com atuação na economia brasileira de maneira consistente e confiável, classificando-as de acordo com a sua atuação setorial e data de início de suas atividades.

Este artigo contém outras quatro seções, além desta introdução. A segunda seção discute o background histórico das relações sino-brasileiras, com atenção especial na transição de relações econômicas simples, baseadas apenas em fluxos comerciais, para uma relação mais complexa a partir da atuação de empresas chinesas no Brasil por meio de investimentos estrangeiros diretos. A terceira seção apresenta sucintamente a atuação das empresas chinesas no Brasil em termos das Seções (2 dígitos) da CNAE 2.0. Na quarta seção, discute-se a distribuição setorial no nível das Subclasses (7 dígitos) da CNAE 2.0. Por fim, uma discussão final encerra o estudo.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA RELAÇÃO BRASIL-CHINA: DO COMÉRCIO AOS INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS

As relações econômicas entre Brasil e a República Popular da China são relativamente recentes. Desde o fim dos anos 1980, existe alguma parceria histórica sino-brasileira em uma agenda de comum interesse relacionado com estratégias de alianças no âmbito dos fóruns multilaterais e de cooperação científico-tecnológica (OLIVEIRA, 2010). Desde o início dos anos 2000, torna-se notável que as relações econômicas entre os países (fluxo comercial e investimentos externos diretos) aumentaram sem precedentes. Como se verá, as relações econômicas sino-brasileiras evoluíram do foco no comércio, com base nas vantagens comparativas de cada país, para um aprofundamento de investimentos chineses diretos na economia brasileira (PEREIRA, 2018).

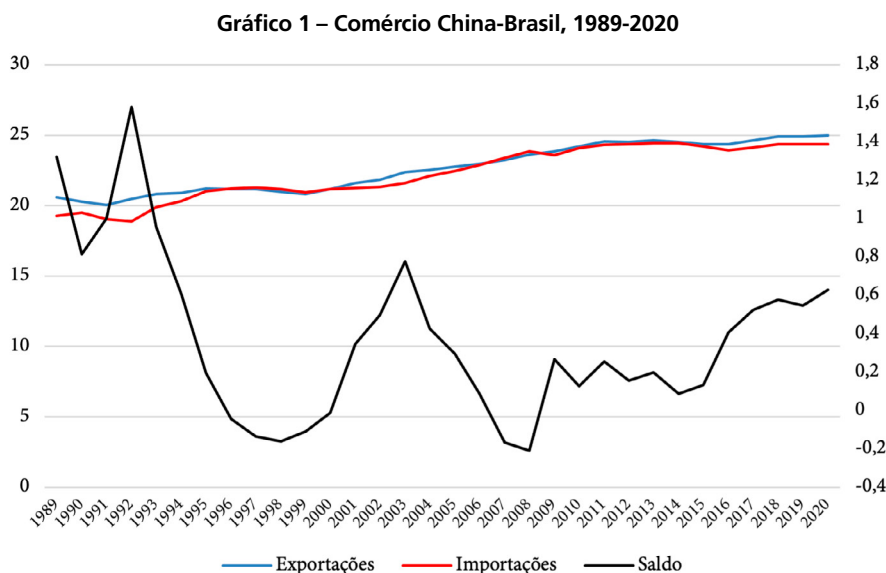
Apesar da importância chinesa no comércio e investimento estrangeiro da economia brasileira, a relação entre os dois países não evoluiu de forma linear. Assim,

torna-se necessário traçar alguns elementos básicos históricos para se entender o quadro atual. Por esse ângulo, Becard (2011) oferece uma taxonomia para entender a evolução das relações históricas sino-brasileiras:

- i) *Relações embrionárias (1949-1974)*: a primeira fase ocorre entre 1949 (ano de fundação da República Popular da China) e o reconhecimento diplomático dos países em 1974. Em um primeiro momento, há a aproximação dos países por meio da visita do vice-presidente João Goulart à China em 1961, resultado da política externa independente. No entanto, o regime militar de 1964 alterou os rumos da política externa brasileira, alinhando-a aos Estados Unidos e afastando-a dos países comunistas. Porém, à medida que ambos os países adotaram uma postura pragmática e menos ideológica, houve uma reaproximação nos anos 1970 (BECARD, 2011);
- ii) *Fixação das relações (1974-1990)*: a segunda fase, de consolidação das relações, se inicia em 1974 com o reconhecimento diplomático entre os países. Inauguram-se, desse modo, possibilidades formais de relações econômicas entre Brasil e China. O resultado foi o início e a intensificação do comércio internacional ao longo dos anos 1970 e 1980, mesmo que de maneira incipiente e diante dos cenários de incerteza e turbulências econômicas e internacionais que os países encontraram (BECARD, 2011);
- iii) *Crises e novos desafios (1990-1993)*: o fim da Guerra Fria e a abertura econômica dos anos 1990 alteraram o panorama das relações sino-brasileiras. A perda de credibilidade acumulada na década de 1980 levou o Governo Collor a se alinhar com países desenvolvidos, mesmo com a China buscando se situar no cenário internacional. Vários fatores contribuíram para reduzir a intensidade da relação entre os países: aproximação da China de outras economias asiáticas, reformas econômicas no Brasil, a industrialização chinesa substitutiva de importações, o pequeno número de tradings em território brasileiro, entre outros (BECARD, 2011);
- iv) *Construção da parceria estratégica (1993-2003)*: a relação China-Brasil passa a ser vista como estratégica nessa fase. Os governos aprofundaram a cooperação científica e tecnológica. Houve a intensificação dos fluxos comerciais entre os países. A América Latina era vista como uma importante fonte de matérias-primas e um consumidor das exportações chinesas. Do ponto de vista brasileiro, o governo de Fernando Henrique Cardoso buscou fortalecer as relações comerciais e de cooperação empresarial das economias (BECARD, 2011);
- v) *Relações maduras (2003-dias atuais)*: as alterações da política externa brasileira e o avanço da industrialização chinesa inauguraram uma fase de estreita relação entre a China e o Brasil. Diversos acordos foram fechados entre os dois países.

Do lado brasileiro, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva buscou implementar a “Agenda China” com a finalidade de inserir empresas brasileiras no mercado chinês, aumentar as exportações (inclusive de bens manufaturados) para a China, atrair investimento chineses para o Brasil, dentre outros objetivos. Do lado chinês, a política externa assumiu uma postura ativa buscando mercados, capital, tecnologia, fontes de matérias-primas fundamentais para sua industrialização intensiva (BECARD, 2011). O resultado foi um aumento expressivo do fluxo comercial entre os países e a instalação de várias empresas chinesas na economia brasileira, com investimentos em diversos setores produtivos.

A análise de Becard (2011) adere à dinâmica histórica de fortalecimento da intensidade dos fluxos comerciais apresentada na relação entre Brasil e China. Em outras palavras, a fase “madura” da relação entre os países inaugura de fato uma nova era de estreita relação comercial bilateral e de investimentos chineses diretos na economia brasileira. Nesse sentido, o Gráfico 1 apresenta a evolução das exportações e importações entre os dois países. Os dados anuais se referem ao período entre 1989 e 2020 e são oriundos do banco de dados da *UN Comtrade*. Os valores, em dólares americanos, são apresentados em logaritmo para facilitar a visualização gráfica.

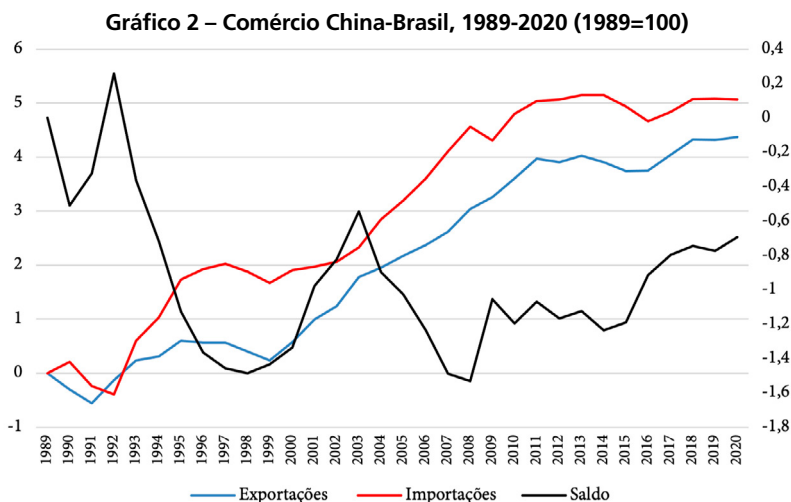


Notas: (1) Valores em logaritmo para facilitar a visualização; (2) o eixo das ordenadas da esquerda se refere aos valores das exportações e importações, ao passo que o da direita se refere aos valores do saldo comercial.

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do UN Comtrade (UN, 2021).

Os dados indicam uma evolução do fluxo comercial bastante acentuada entre os países — sobretudo na fase “madura” das relações sino-brasileiras, com um saldo comercial favorável à economia brasileira na maioria dos anos. As exportações brasileiras para a economia chinesa cresceram, em média, 18% ao ano. Em valores, isso significa dizer que o valor das exportações brasileiras passou de US\$ 879 milhões em 1989 para US\$ 70 bilhões em 2020. Por sua vez, as importações chinesas para a economia brasileira cresceram, em média, 23% ao ano. Em valores, o valor das importações chinesas passou de US\$ 234 milhões em 1989 para US\$ 37 bilhões em 2020. Em linhas gerais, destaca-se que o saldo comercial foi bastante favorável para a economia brasileira. Houve um déficit comercial, do ponto de vista brasileiro, ao longo de apenas dois períodos: 1996-2000 e 2007-2008.

O Gráfico 2 apresenta o comércio entre Brasil e China, considerando a evolução dos termos de troca. Expurgou-se o efeito-preço das séries para entender a evolução real (em termos de volume) dos fluxos comerciais entre os países. Esse procedimento é importante visto que, como é amplamente documentado pela literatura, houve um ciclo favorável nos preços das *commodities*, dos produtos que compõem a pauta de bens exportados pelo Brasil. Para contornar essa possível fonte de viés, os dados foram utilizados em preços de 1989 (1989=100) e em logaritmo.³



Notas: (1) Para facilitar a visualização, os valores foram tratados como o logaritmo das variáveis considerando o ano base 1989 como 100; (2) o eixo das ordenadas da esquerda se refere aos valores das exportações e importações, ao passo que o da direita se refere aos valores do saldo comercial.

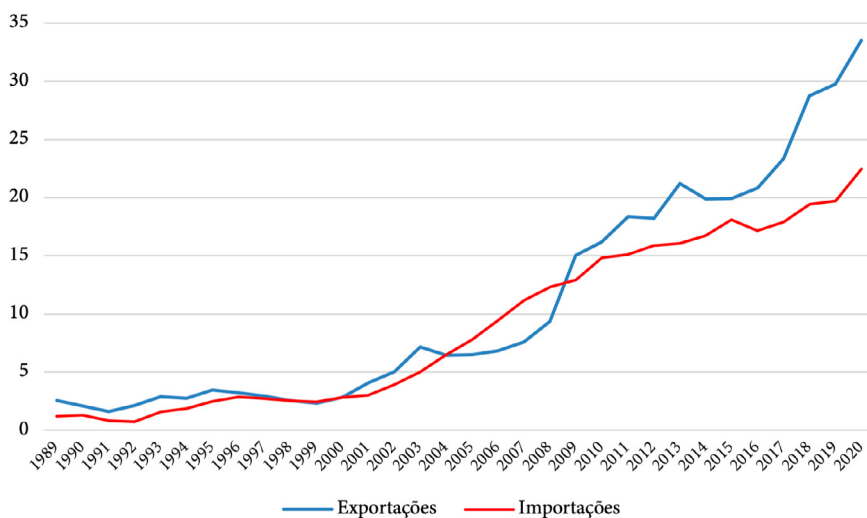
Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do UN Comtrade (UN, 2021).

³ Os valores foram normalizados ao serem divididos por 100 antes de tomar o logaritmo.

Os dados apresentados no Gráfico 2 sugerem uma dinâmica bastante diferente do Gráfico 1. Ao considerar o fluxo comercial com preços constantes, percebe-se que a evolução comercial se torna bastante favorável para a economia chinesa. O volume de importações brasileiras oriundas da China é maior que o volume de exportações brasileiras para a China (a preços constantes de 1989). Isso indica que a evolução favorável do comércio internacional evidenciada no Gráfico 1 está mais associada com o aumento dos preços dos produtos exportados do que com aumentos do volume exportado. Nesses termos, as exportações brasileiras cresceram 253% em média (em relação à 1989). Enquanto as importações chinesas cresceram 510% (em relação à 1989).

O aprofundamento das relações comerciais entre as economias brasileira e chinesa se torna mais evidente quando se analisa a importância relativa do comércio internacional entre os países na balança comercial brasileira. Esses dados são apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Importância relativa da China no comércio internacional brasileiro, 1989-2020



Notas: Valores percentuais.

Fonte: Elaboração própria com base em dados extraídos do UN Comtrade (UN, 2021).

Os dados mostram que, em 1989, apenas 2,5% das exportações brasileiras eram destinadas à China. Por sua vez, apenas 1,1% das importações brasileiras eram originadas da China. A situação relativa se altera profundamente ao longo do tempo, como se vê no Gráfico 3. Em 2020, as exportações para a China representam 33,5% das exportações brasileiras, enquanto 22,4% das importações brasileiras são provenientes da economia chinesa.

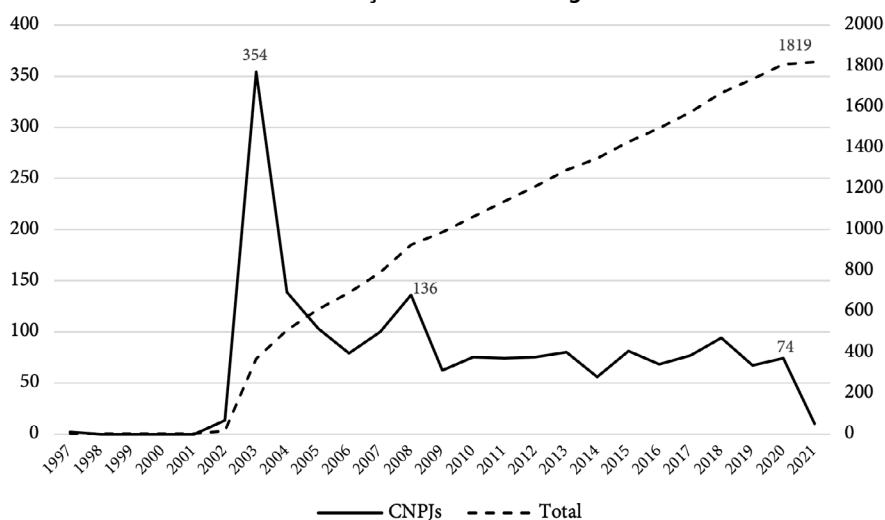
Oliveira (2010) argumenta que a China reproduz a relação do leste asiático com o Brasil ao intercambiar produtos manufaturados por bens primários como minérios e produção agrícola. Pereira (2018) argumenta que a pauta comercial Brasil-China reproduz a relação norte-sul entre países desenvolvidos (exportadores de manufaturas) e subdesenvolvidos (exportadores de bens primários). Em particular, os principais produtos exportados para a China no período recente foram soja, petróleo e minério de ferro. Importante frisar que a China absorveu cerca de 80% das exportações brasileiras de soja e mais de 50% das exportações de petróleo e minério de ferro nos últimos anos.

Enquanto o Brasil aprofundou a exportação de *commodities* para a economia chinesa, obtendo superávits comerciais na comercialização desses bens (IPEA, 2011), a China avançou na exportação de bens manufaturados, com alta intensidade tecnológica, para a economia brasileira, que obteve déficits na balança comercial desses bens (IPEA, 2011). Nas palavras de Medeiros e Cintra (2015, p. 32):

a expansão Chinesa gerou dois efeitos distintos sobre os países, um “efeito demanda” ou macroeconômico que se exerce através do seu impacto sobre as exportações, balança comercial, e investimentos e um “efeito estrutura” ou setorial através do seu desigual impacto sobre os setores ou atividades segundo o grau de complementaridade e de rivalidade.

Esse movimento de alteração da pauta comercial entre os países surge, no lado brasileiro, na esteira de uma taxa de câmbio real valorizada e uma expansão do mercado doméstico nacional via redistribuição de renda em direção aos salários reais que não foi suprida, em toda a sua totalidade, pela indústria nacional. Surge, no lado chinês, a partir de uma política deliberada de busca de novos mercados para assegurar demanda e rentabilidade para o setor industrial, que depende de economias de escala e de demanda crescente para a sua ampliação e competitividade.

Se, pelo lado comercial, a relação econômica sino-brasileira é um tanto recente, remontando aos anos 1970, e com valores expressivos a partir dos anos 2000 — como indicado pelo Gráfico 3 — verifica-se um padrão ainda mais restrito quanto à evolução de empresas chinesas atuando em território brasileiro. O Gráfico 4 apresenta os dados sobre as inscrições de CNPJs associados à China. Estes foram retirados da base de dados da Receita Federal.

Gráfico 4 – Inscrições de CNPJ de origem chinesa

Notas: (1) Valores anuais, limitados até o mês de abril para 2021 (mais atualizado possível); (2) Total significa valores anuais acumulados; (3) o eixo da esquerda está relacionado com os valores do fluxo de novas empresas atuando na economia brasileira (CNPJs), ao passo que o eixo da direita está relacionado com os valores anuais acumulado (Total).

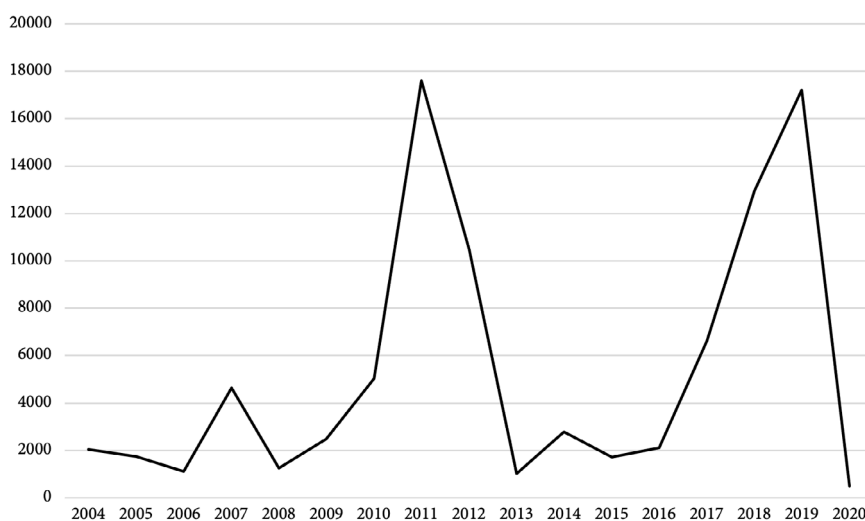
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Receita Federal sobre CNPJ (BRASIL, 2021a).

Os dados indicam que a presença chinesa no Brasil se iniciou em 1974, ano de reconhecimento diplomático entre os países, quando a embaixada chinesa se instalou formalmente no Brasil. O Gráfico 4 evidencia que o número de CNPJs associados à China foi bastante tímido até o início dos anos 2000. Até 2001, existiam apenas outros cinco CNPJs chineses além da já referida embaixada: dois consulados chineses, uma agência do Banco do Brasil instalada em Hong Kong, e uma unidade da companhia aérea estatal chinesa Air China. A entrada massiva de empresas chinesas começa em 2003, quando outras 354 novas empresas passaram a atuar no Brasil. Atualmente, em 2021, existem 1.823 CNPJs associados à China, sendo 1.820 empresas.

Um dos elementos mais importantes na trajetória da China desde o início do século XXI tem sido a expansão de investimentos chineses no exterior, guiada por uma ampla estratégia de internacionalização intitulada “*China Going Global*”. Esta tem sido moldada e ajustada ao longo do tempo, em função tanto dos movimentos da economia internacional quanto das necessidades específicas da economia chinesa. O foco nesse período é a expansão de capitais produtivos chineses no exterior — por meio de investimento direto externo (IDE), tanto *greenfield* quanto aquisições de empresas — e o crescente financiamento a investimentos em infraestrutura, em boa medida vinculado ao projeto das Novas Rotas da Seda. Assim, a dinâmica recente de IDE chinês no Brasil deve ser entendida à luz dessa estratégia mais ampla de internacionalização adotada pela China (LIBÂNIO, 2018).

O Gráfico 5 apresenta os valores de investimento direto chinês na economia brasileira, em milhões de dólares, para o período entre 2004 e 2020. Os dados são provenientes da Rede Nacional de Informações sobre Investimentos (BRASIL, 2021b). É possível notar que, em termos de valores, existem três ondas de investimentos diretos chineses. A primeira onda, mais modesta, ocorre em 2007, após o grande influxo de empresas chinesas na economia brasileira, com o valor de US\$ 4.6 bilhões. A segunda e a terceira ondas, mais expressivas, ocorreram em 2011 e 2019, com valores em torno de US\$ 17 bilhões. Cabe destacar que os valores de investimentos chineses diretos caíram bastante em 2020, ano da eclosão da pandemia do coronavírus e de forte interrupção da atividade econômica, mesmo com a entrada de novas empresas chinesas nesse ano (como indica o Gráfico 4). Isso é um indício sugestivo de que novas empresas estão assentando as bases para novos investimentos no futuro pós-pandemia.

Gráfico 5 – Investimento chinês direto, 2004-2020 (em milhões de US\$)



Fonte: Elaboração própria utilizando os dados da Rede Nacional de Informações sobre Investimentos (BRASIL, 2021b).

Esta seção elucidou alguns aspectos históricos da relação Brasil-China. A análise permitiu verificar uma complexificação e um aumento da intensidade das relações econômicas entre os países ao longo do tempo. Observaram-se alguns elementos importantes: i) a relação formal entre os países é relativamente recente, sendo que a relação econômica com alguma relevância é ainda mais contemporânea; ii) o primeiro movimento dessa dinâmica diz respeito ao aprofundamento do comércio internacional desde os anos 1990; e iii) o segundo corresponde ao início de um ciclo de investimentos

estrangeiros diretos e de atividades de empresas chinesas na economia brasileira, que começa de fato no início dos anos 2000.

2. EMPRESAS CHINESAS NO BRASIL

A Tabela 1 sintetiza as informações sobre a atuação setorial, em termos de Seções da CNAE 2.0, das empresas chinesas na economia brasileira conforme os dados de CNPJs da Receita Federal. Considerou-se o CNAE principal de atuação das empresas em detrimento dos secundários. O principal setor econômico de atuação das empresas é Atividades Financeiras, de seguros e serviços relacionados (K); 853 empresas atuam nesse setor, o que corresponde a 47% das firmas chinesas em operação na economia brasileira. Outros setores com destaque são o de Indústria de Transformação (C) e o de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (G) com, respectivamente, 302 e 184 empresas — 16,5% e 10% do total de empresas.

Tabela 1 – CNPJs chineses ativos no Brasil segundo classificação CNAE 2.0

Seção da CNAE 2.0	Valores	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca – A	2	0,11%
Indústria Extrativa – B	9	0,50%
Indústria de Transformação – C	302	16,5%
Eletricidade e Gás – D	5	0,30%
Construção – F	14	0,76%
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas – G	184	10,0%
Transporte, Armazenagem e Correio – H	28	1,53%
Alojamento e Alimentação – I	1	0,05%
Informação e Comunicação – J	18	1%
Atividades Financeiras, de seguros e serviços relacionados – K	853	47%
Atividades Imobiliárias – L	3	0,16%
Atividades Profissionais, científicas e técnicas – M	34	1,90%
Atividades Administrativas e Serviços Complementares – N	12	0,65%
Saúde humana e serviços sociais – Q	1	0,05%
Artes, cultura, esporte e recreação – R	5	0,27%
Outras atividades de serviços – S	4	0,21%
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais – U	4	0,21%
Não informado	343	18,8%
Total	1822	100%

Notas: Valores anuais, limitados até o mês de abril para 2021 (mais atualizado possível).

Fonte: Elaboração própria utilizando os dados da Receita Federal sobre CNPJ (BRASIL, 2021a).

A atuação setorial das empresas chinesas é diversificada. São vários os setores que contam com empresas do país asiático, por exemplo, Indústria Extrativa (B), Eletricidade e Gás (D) e Construção (F), dentre outros setores. Contudo, 18,8% das empresas não declararam o código CNAE, o que pode gerar algum tipo de viés analítico.

Em linhas gerais, os interesses chineses no Brasil estão associados a oportunidades diversificadas de negócio, mas principalmente ao fornecimento de matérias-primas agrícolas e minerais, considerando questões de segurança alimentar e energética, que são caras à China, dadas suas características territoriais, econômicas e demográficas. Cabe notar que o perfil dos investimentos chineses no Brasil, sendo voltados para setores intensivos em recursos naturais, tende a reforçar as características da inserção comercial do país no comércio internacional como exportador de commodities.

Apesar disso, é importante destacar que os dados de empresas chinesas no Brasil, apresentados nesta seção, refletem de forma bastante imperfeita a relação comercial entre os dois países. Primeiramente, porque os dados se referem apenas ao número de empresas, sem considerar seu tamanho em termos de produção, emprego ou investimentos. Como apontado por Kupfer e Freitas (2018), boa parte dos investimentos chineses no Brasil estão associadas a grandes projetos de empresas mineradoras, petrolíferas e do setor elétrico. Em segundo lugar, porque grande parte das empresas chinesas instaladas no Brasil — particularmente aquelas em Atividades Financeiras, de seguros e serviços relacionados (K) — atuam em um setor *non-tradable* e, portanto, não estão necessariamente relacionadas ao padrão de comércio entre Brasil e China.

Na próxima seção do artigo, os dados da Tabela 1 serão analisados ao longo do tempo (para os principais setores) e desagregados para o nível de subclasse (7 dígitos), de modo a capturar mais fielmente a dinâmica de inserção setorial das firmas chinesas no Brasil.

3. ANÁLISE DESCRITIVA DA ATUAÇÃO SETORIAL CHINESA

Os dados da Receita Federal sobre CNPJs ativos indicam uma atuação chinesa bastante discreta nos setores primários da economia brasileira, no que se refere ao número de empresas. Existem apenas duas empresas com cadastro ativo no setor Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca (A): uma do setor de Cultivo de soja (0115-6/00) e outra com atividades no setor de Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente (0161-0/99) que compreende a operação de sistemas de irrigação, contratação de mão de obra para o setor agrícola e fornecimento de máquinas agrícolas. Entre as indústrias extrativas, existem nove empresas atuantes: uma no setor de Extração de petróleo e gás natural (0600-0/01), quatro no setor de Extração de minério

de ferro (0710-3/01), uma na Extração de minério de metais preciosos (0724-3/01) e três em Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural.

A economia chinesa é fortemente dependente da importação de petróleo, gás e matérias-primas, dadas as características do seu parque industrial e do crescimento populacional com um padrão de consumo baseado em fontes tradicionais de energia (MEDEIROS, 2014). Isso explica, por um lado, o esforço central do governo chinês em garantir o acesso a fontes desses produtos por meio da internacionalização de empresas estatais em direção a países como o Brasil (JIAN, 2011; MEDEIROS, 2014), inaugurando as fases “*Go global*” entre 2000-2008 e “*Go abroad and buy*” com políticas estatais que incentivam investimentos estrangeiros diretos nesses setores. Por outro, explica a presença dessas empresas atuando no Brasil, imprimindo um caráter *resouce seeking* a la Dunning (1988) e Dunning, Hoesel e Narula (1997) para esses investimentos, à medida que eles estão associados à busca de recursos específicos devido às características naturais do Brasil, como também é apontado por Oliveira (2020, p. 45).⁴

A Tabela 2 apresenta o número de empresas chinesas que atuam na Indústria de Transformação do Brasil (C) classificadas de acordo com o código CNAE 2.0 (2 dígitos).⁵ Os principais setores manufatureiros em que as empresas chinesas estão inseridas são Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos (26) e Fabricação de Máquinas e Equipamentos (28) com, respectivamente, 73 e 67 empresas operando, o que corresponde à 24% e 22% dessas empresas chinesas. Outros setores, mesmo com um número relativamente reduzido de empresas, também se destacam. Esse é o caso dos setores Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios (14), Fabricação de Produtos Químicos (20), Metalurgia (24), Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos (27), que contam com doze, 18, doze e 24 empresas, respectivamente.

⁴ Os dados apresentados nesse estudo dizem respeito ao número de empresas de origem chinesa atuando na economia brasileira segundo as classificações da CNAE 2.0. Essas informações não detalham a dimensão dessas empresas em termo de emprego, renda, investimento etc. Diante da limitação imposta pelos dados, esses resultados devem ser interpretados com cautela, já que existe (i) a possibilidade de essas empresas, embora poucas, representarem grandes aportes de capitais; ou (ii) de a estratégia chinesa “*Go abroad and buy*” não se aplicar tão diretamente nesse caso, uma vez que a China tem sido capaz de garantir a oferta de produtos agrícolas e minerais por meio de relações comerciais com empresas brasileiras e multinacionais (não-chinesas) instaladas no Brasil. No entanto, o fato é que essa é uma fronteira do conhecimento que precisa ser explorada com a criação de dados mais amplos para entender as relações sino-brasileiras em termos de empresas chinesas atuando nos setores extrativos e agrícolas.

⁵ Optou-se pelo código CNAE 2.0 dois dígitos para facilitar a discussão e apresentação dos dados.

Tabela 2 – Empresas chinesas do setor de Indústria de Transformação do Brasil

Indústria de Transformação – C	Valores	
Fabricação de Produtos Alimentícios 10	1	0,3%
Fabricação de Produtos do Fumo 12	6	1,9%
Fabricação de Produtos Têxteis 13	19	6,2%
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios 14	12	3,9%
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados 15	6	1,9%
Fabricação de Produtos de Madeira 16	2	0,6%
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis 19	1	0,3%
Fabricação de Produtos Químicos 20	18	5,9%
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos 21	6	1,9%
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico 22	10	3,3%
Fabricação de Produtos de Minerais não-metálicos 23	6	1,9%
Metalurgia 24	12	3,9%
Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e Equipamentos 25	8	2,6%
Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos 26	73	24%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos 27	24	7,9%
Fabricação de Máquinas e Equipamentos 28	67	22,1%
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias 29	5	1,65%
Fabricação de outros Equipamentos de Transporte, exceto veículos automotores 30	5	1,65%
Fabricação de Móveis 31	1	0,33%
Fabricação de Produtos Diversos 32	14	4,6%
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos 33	6	1,9
Total	302	100%

Notas: Valores anuais, limitados até o mês de abril para 2021 (mais atualizado possível).

Fonte: Elaboração própria utilizando os dados da Receita Federal sobre CNPJ (BRASIL, 2021a).

Por sua vez, cinco empresas chinesas atuam no setor de Eletricidade e Gás (D) e quatorze empresas operam no de Construção (F). No primeiro, as atividades produtivas de duas empresas estão relacionadas com Transmissão de energia elétrica (3512-3/00), duas com Geração de Energia Elétrica (3511-5/01) e uma com Comércio atacadista de energia elétrica (3513-1/01). No segundo setor, três empresas atuam na construção de empreendimentos imobiliários — Incorporação de empreendimentos imobiliários (4110-7/00), uma na Construção de edifícios (4120-4/00), três na Construção de rodovias e ferrovias (4211-1/01), três na Construção de obras de artes especiais (4212-2/00) e quatro na Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica (4221-9/02).

Em contraste com a pouca expressão chinesa nos setores primários, há um certo destaque para a atuação chinesa no setor comercial da economia brasileira,

tendência identificada por Kupfer e Rocha (2018). Os autores argumentam que isso está associado a motivações de internacionalização relacionadas com vantagens microeconômicas e comerciais visando a rentabilidade em mercados promissores. Atualmente, 184 empresas do país asiático apresentam atividades econômicas no setor, com uma atuação bastante diversificada. A Tabela 3 expõe os dados sobre o número de empresas chinesas que atuam nesses setores.

Tabela 3 – Empresas chinesas no setor comercial do Brasil

Setores	Valores	
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas 45	11	6%
Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores (4530-7/01)	6	3%
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores (4530-7/03)	3	2%
Comércio por atacado de motocicletas e motonetas (4541-2/01)	2	1%
Comércio por Atacado, exceto veículos automotores e motocicletas 46	140	76%
Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos; de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos; de madeira, material de construção e ferragens; de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico; de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem; produtos não especificados anteriormente; de mercadorias em geral não especializado (4611700 + 4612500 + 4613300 + 4615000 + 4616800 + 4618499 + 4619200)	21	11%
Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente (4623-1/99)	1	0,5%
Comércio atacadista de pescados e frutos do mar; fumo beneficiado; produtos alimentícios em geral (4634603 + 4636201 + 4639701)	6	3%
Comércio atacadista de tecidos; de calçados e artigos de viagem; de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente (4641901 + 4643501 + 4643502 + 4645101 + 4646001 + 4649401 + 4649402 + 4649406 + 4649499)	17	9%
Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática; de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação (4651601 + 4651602 + 4652400)	17	9%
Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças; de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças; de máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças (4662100 + 4663000 + 4664800 + 4669999)	21	11%
Comércio atacadista de madeira e produtos derivados; de ferragens e ferramentas; de material elétrico; de mármore e granitos; de materiais de construção em geral (4671100 + 4672900 + 4673700 + 4679602 + 4679699)	12	6%
Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista; de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente; de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção; de papel e papelão em bruto e de embalagens; em outros produtos intermediários não especificados anteriormente (4681802 + 4683400 + 4684299 + 4685100 + 4689301 + 4689302 + 4689399)	32	18%
Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios; com predominância de insumos agropecuários (4691500 + 4693100)	13	7%
Comércio Varejista 47	33	18%

(Cont.)

Tabela 3 – Empresas chinesas no setor comercial do Brasil – (CONTINUAÇÃO)

Setores	Valores	
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (4711301 + 4712100 + 4729699)	3	1,5%
Comércio varejista de material elétrico e de materiais de construção em geral (4742300 + 4744099)	3	1,5%
Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; de equipamentos de telefonia e comunicação; de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; de tecidos e artigos de cama, mesa e banho; de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação; Comércio varejista de artigos de uso doméstico não especificados anteriormente; e artigos culturais, recreativos e esportivos; de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos; de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados (4751201 + 4752100 + 4753900 + 4755502 + 4757100 + 4759899 + 4761003 + 4763601 + 4763604 + 4773300 + 4774100 + 4781400 + 4789004 + 4789008 + 4789099)	27	15%

Notas: Valores anuais, limitados até o mês de abril para 2021 (mais atualizado possível).

Fonte: elaboração própria utilizando os dados da Receita Federal sobre CNPJ (BRASIL, 2021a).

Os dados indicam que 76% das empresas chinesas do setor comercial atuam em atividades econômicas associadas ao Comércio por Atacado, exceto veículos automotores e motocicletas (46). Complementarmente, os setores Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (45) e Comércio Varejista (47) contêm, respectivamente, 6% e 18% das empresas.

Um aspecto relevante apontado pela Tabela 3 é a diversificação da atuação chinesa nos setores de serviços. Parte das empresas atua na comercialização de peças para automóveis e motos no varejo, bem como na própria venda de motos. Contudo, a maior parcela das empresas se concentra no comércio atacadista e/ou varejista de produtos primários, matérias-primas, construção e elétricos, alimentícios, têxteis e de produtos com maior intensidade tecnológica, como instrumentos cirúrgicos e laboratoriais, componentes eletrônicos, maquinário no geral etc.

Os dados da Receita Federal também indicam a existência de 28 empresas no setor de Transporte, armazenagem e correio (H). Destas, duas estão relacionadas com o transporte marítimo de longo curso de carga (5012-2/01), seis com o transporte aéreo de passageiros regular em linhas domésticas e internacionais (5111-1/00) e as vinte restantes com atividades auxiliares dos transportes nos modais terrestre, aquaviários e de transporte da carga.

A expansão chinesa na economia brasileira abrange setores-chave na Quarta Revolução Tecnológica, em voga. Um exemplo disso é a existência de uma empresa atuando no setor Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente (6190-6/99), que abrange atividades como serviços de comunicação por telemetria e estações de radar. Outras três empresas atuam no setor Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (6201-5/01), três no de Desenvolvimento e licenciamento

de programas de computador customizáveis (6202-3/00), quatro no de Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis (6203-1/00), quatro no de Consultoria em tecnologia da informação (6204-0/00), três no de Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (6209-1/00) e uma no de Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (6319-4/00).

A Tabela 4 decompõe a atuação chinesa no setor Atividades Financeiras, de seguros e serviços relacionados (K), que é o que mais se destaca em números: 853 empresas chinesas atuam nesse setor, o que representa 47% de toda a amostra.

Tabela 4 – Empresas chinesas no setor financeiro do Brasil

Setores	Valores	
Atividades de Serviços Financeiros 64	685	37%
Bancos comerciais (6421-2/00)	7	0,8%
Bancos múltiplos, com carteira comercial (6422-1/00)	4	0,4%
Sociedades de crédito, financiamento e investimento-financeiras (6436-1/00)	1	0,1%
Sociedades de crédito ao microempreendedor (6440-9/00)	1	0,1%
Holdings de instituições financeiras (6461-1/00)	4	0,4%
Holdings de instituições não-financeiras (6462-0/00)	610	71%
Outras sociedades de participação, exceto holdings (6463-8/00)	40	4,7%
Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários (6470-1/01)	6	0,7%
Sociedades de investimento (6499-9/02)	5	0,6%
Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente (6499-9/99)	7	0,8%
Seguros, Resseguros, Previdência Complementar e Planos de Saúde 65	2	0,2%
Seguros não-vida e Previdência complementar fechada (6512-0/00 + 6541-3/00)	2	0,2%
Atividades Auxiliares dos Serviços Financeiros 66	166	9%
Distribuidoras de títulos e valores mobiliários (6612-6/02)	1	0,1%
Corretoras de contratos de mercadorias (6612-6/04)	15	1,7%
Agentes de investimentos em aplicações financeiras (6612-6/05)	1	0,1%
Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência e de saúde (6622-3/00)	1	0,1%
Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão (6630-4/00)	148	17%

Notas: Valores anuais, limitados até o mês de abril para 2021 (mais atualizado possível).

Fonte: elaboração própria utilizando os dados da Receita Federal sobre CNPJ (BRASIL, 2021a).

A atuação das empresas chinesas no setor financeiro da economia brasileira se mostrou bastante diversificada. Os dados, no nível mais desagregado possível, indicam que sete empresas atuam como Bancos comerciais (6421-2/00), provendo financiamento de curto e médio prazo a empresas e pessoas físicas, com recursos domésticos (oriundos de Certificados de Depósito Bancário e/ou Recibos de Depósitos Bancários) ou do exterior. Existem quatro empresas atuando como Bancos múltiplos, com carteira comercial (6422-1/00),

caracterizadas por atuar em, pelo menos, duas áreas dentre: i) banco comercial, ii) de investimento, iii) de crédito imobiliário, iv) de crédito financiamento e investimento e v) de arrendamento mercantil. Essa categoria é especialmente caracterizada pela possibilidade de controle e participação estrangeira direta de suas atividades. Com pouco destaque, existem outras duas empresas com atuação nos setores de Sociedades de crédito, financiamento e investimento-financeiras (6436-1/00), com oferta de crédito para compra de bens e capital de giro, e Arrendamento mercantil (6440-9/00), que ofertam *leasing* financeiro de bens móveis nacionais ou estrangeiros.

Esses resultados estão alinhados com os apontamentos de Garcia (2020), segundo os quais, houve um processo recente de estreitamento das relações financeiras sino-brasileiras por meio da concessão de empréstimos do Banco de Desenvolvimento da China, sobretudo na modalidade *loan-for-oil*, para setores de energia e infraestrutura. Em estudo recente, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) indica que a moeda chinesa renminbi está cada vez mais presente nos portfólios dos Bancos Centrais da América Latina (CEPAL, 2018). Cabe notar que o estreitamento dos fluxos financeiros por meio de empréstimos de bancos de desenvolvimento chineses é uma estratégia deliberada de promoção do uso da moeda chinesa no plano internacional (CEPAL, 2018).

Um aspecto bastante notório dos dados da Tabela 4 é a expressiva quantidade de empresas chinesas atuando como holdings na economia brasileira. Isto é, empresas com controle de capital de outras empresas, exercendo ou não a gestão das empresas do grupo. Isso é notório, sobretudo, para a categoria de Holdings de instituições não-financeiras (6462-0/00), que apresenta 610 empresas, ao passo que apenas quatro atuam como holdings de instituições financeiras, totalizando 614 empresas (34% de toda a amostra). São várias as possíveis explicações:

- i) *Aquisição de empresas brasileiras*: várias aquisições de empresas brasileiras são realizadas por holdings chinesas. Essa estratégia é usual quando a empresa estrangeira planeja uma atuação relativamente mais rápida no mercado doméstico, ou quando se pretende absorver alguma vantagem estratégica associada a um know-how ou tecnologia desenvolvida pela empresa nacional, ou ter acesso a recursos estratégicos. A compra da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) pela State Grid Corporation em 2017 é um exemplo disso.⁶ A CPFL se tornou uma subsidiária da holding State Grid Brazil Holding S.A. que, desde então, possui o know-how da empresa brasileira e acesso ao principal mercado energético industrial do Brasil, o interior de São Paulo;

⁶ Rigorosamente, esse caso é um misto entre esta explicação e a próxima “Controle de filiais brasileiras”.

- ii) *Controle de filiais brasileiras*: esse é o caso de companhias chinesas que abrem uma filial no Brasil, deixando de ser uma empresa residente no exterior, com o propósito de atuar em setores estratégicos, licitações públicas e contornar barreiras de ordem legal para o capital estrangeiro. Nesse caso, a holding estrangeira detém o controle sobre a subsidiária “brasileira”. Um exemplo é a empresa brasileira China Three Gorges Brasil Energia Ltda. sediada em São Paulo com participação das empresas chinesas China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L. e China Three Gorges (Luxembourg) Power S.A.R.L. (de origem chinesa resididas em Luxemburgo, conhecido paraíso fiscal). Os dados da Receita Federal indicam que várias subsidiárias têm diretores chineses em comum, o que corrobora parcialmente o argumento de que holdings chinesas atuam no Brasil para controlar suas subsidiárias brasileiras;
- iii) *Peculiaridades do processo de internacionalização das empresas chinesas no Brasil*: existe uma política deliberada do Estado chinês de incentivar a existência de conglomerados empresariais com capital estatal para atuar em outros países. A prática consiste em utilizar empresas chinesas consolidadas (com capital estatal) para comercializar produtos e soluções de pequenas empresas (também com capital estatal), que não têm estrutura para tanto, por meio de *joint ventures* dessas companhias na China sob a personalidade jurídica de holdings no Brasil. Obstáculos associados com custos de espaço físico, diferenças culturais e conhecimentos processuais são contornados com a experiência e o aporte de empresas consolidadas, tornando possível a internacionalização de empresas não-consolidadas, mesmo que indiretamente. Um exemplo disso é a empresa Wuhan Fiberhome Internacional Tecnologias do Brasil Importação e Exportação LTDA, que é uma matriz brasileira controlada por duas empresas chinesas: Wuhan Hongxin Telecommunication Technologies Co Ltd. e Wuhan Fiberhome International Technologies Co Ltd., que atua na economia brasileira oferecendo serviços próprios e de outras empresas chinesas menores.⁷

A Tabela 4 aponta que 58 empresas chinesas atuam em setores financeiros com um caráter mais especulativo ou, de outro modo, menos relacionados a atividades produtivas. Nessa perspectiva, se destaca o setor Outras sociedades de participação, exceto holdings (6463-8/00) com quarenta empresas. As atividades dessas empresas buscam a obtenção de dividendos e valorização dos ativos mobiliários das sociedades em que estão inseridas. Outros setores com alguma autuação chinesa são Fundos de investimento,

⁷ Essas informações foram obtidas por meio de uma entrevista realizada pelos autores com um executivo de uma empresa chinesa consolidada (disponível via e-mail).

exceto previdenciários e imobiliários (6470-1/01), Sociedades de investimento (6499-9/02), e Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente (6499-9/99) com seis, cinco e sete empresas, respectivamente. Na seção Atividades Auxiliares dos Serviços Financeiros (66), dois setores se sobressaem: Corretoras de contratos de mercadorias (6612-6/04) com quinze empresas e Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão (6630-4/00) com 148 empresas.

Outras duas seções da Tabela 1 merecem alguma discussão sobre o caráter produtivo das empresas chinesas nelas presentes: 34 empresas chinesas têm atividades econômicas no setor Atividades Profissionais, científicas e técnicas (M), enquanto outras doze atuam no setor Atividades Administrativas e Serviços Complementares (N). Na primeira, a grande maioria das companhias atua no setor de Serviços de engenharia (7112-0/00), enquanto as outras empresas estão diluídas entre atividades técnicas e científicas. Na segunda seção, as atividades das empresas consistem basicamente na prestação de algum tipo de serviço de escritório e apoio administrativo. Por fim, cabe notar que há pouca expressividade empresarial chinesa nas seções Saúde humana e serviços sociais (Q), Artes, cultura, esporte e recreação (R), e Outras atividades de serviços (S).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou documentar a evolução das relações econômicas sino-brasileiras, com destaque para o mapeamento da atuação empresarial chinesa na economia brasileira ao longo dos séculos XX e XXI. O trabalho procurou entender as relações econômicas entre os países em termos comerciais e de investimentos. A contribuição original à literatura foi o emprego de informações originais a respeito da entrada de empresas chinesas no Brasil: os dados da Receita Federal sobre CNPJ.

Os resultados permitiram identificar que o padrão das relações econômicas sino-brasileiras se modificou bastante ao longo dos anos, ganhando complexidade. As relações, iniciadas formalmente em 1974 com o reconhecimento diplomático entre países, ganharam importância, em um primeiro momento, no que concerne à balança comercial entre os países no período de construção da parceria estratégica. Já no período posterior, em que as relações sino-brasileiras são consideradas maduras, o comércio entre os dois países surge como a principal rubrica da balança comercial brasileira, tornando-se a China o principal parceiro comercial do Brasil a partir de 2009. Ainda no campo comercial, observa-se que a consolidação da parceria entre China e Brasil se desenvolveu de modo a reproduzir o padrão norte-sul de comércio, em que o país desenvolvido exporta bens manufaturados enquanto o subdesenvolvido bens primários. Kupfer e Rocha (2018) indicaram esse padrão. Desde os anos 2000, o comércio entre os países foi caracterizado

por forte assimetria, segundo a qual a China exporta majoritariamente bens manufaturados, com crescente participação de produtos intensivos em tecnologia, ao passo que a pauta de exportação brasileira se especializou em produtos primários, principalmente soja, petróleo e minério de ferro (KUPFER; FREITAS, 2018; IPEA, 2011).

A partir do início dos anos 2000, foi possível notar a existência de IED bastante expressivos em termos de valores. Várias empresas chinesas passaram a atuar na economia brasileira. Observaram-se algumas tendências predominantes da atuação dessas firmas. Embora exista uma atuação setorial diversificada, dois setores se destacaram, no que se refere ao número de empresas: i) Indústria de Transformação e ii) Atividades Financeiras, de seguros e serviços relacionados. No primeiro, constatou-se que existem empresas atuando em ramos intensivos em tecnologia associados a produtos eletrônicos, informáticos, máquinas e equipamentos e, com menor destaque, em setores químicos e metalúrgicos. No segundo setor, identificou-se que, embora exista alguma conexão puramente financeira entre os países por meio de bancos (dos mais diversos tipos), fundos de investimentos, sociedades de créditos, e de empresas com caráter mais especulativo, a maioria das companhias atua como holdings de instituições não-financeiras, com várias possibilidades de atuação. O estudo discutiu três possibilidades não-excludentes entre si para explicar o fenômeno: i) essas holdings promovem aquisições de empresas brasileiras, controlando-as ou não; ii) empresas chinesas abrem uma filial “brasileira” com o propósito de atuar em setores estratégicos, licitações públicas e contornar barreiras legais para o capital estrangeiro, sendo controladas por essas holdings; e iii) as peculiaridades do processo de internacionalização das empresas chinesas que são incentivadas a formar conglomerados para atuar em mercados estrangeiros, a partir de incentivos estatais.

Complementarmente, os nossos resultados evidenciam uma diferença relevante entre a relação comercial dos países e os setores receptores de empresas chinesas na economia brasileira. Isto é, o comércio do Brasil para a China é pouco diversificado no sentido de reforçar o padrão primário-exportador da economia brasileira e o caráter exportador de bens manufaturados da economia chinesa, o que dá substância ao referido padrão norte-sul de relação comercial entre os países. Em contraste, a atuação setorial do IED chinês na economia brasileira se mostrou diversificada no que se refere à entrada de empresas. Isto é, em contraposição às evidências fornecidas pelos dados de comércio internacional, a presença de firmas chinesas no Brasil nos setores primários não foi predominante, uma vez que a maioria das empresas ingressou na indústria de transformação e em atividades financeiras, como destacado anteriormente. Esse resultado deve ser relativizado, uma vez que os dados dizem respeito apenas ao número de empresas, e não à sua escala de produção, emprego ou investimentos. Além disso, é plausível supor que a oferta de bens agrícolas e minerais

em direção à China seja feita por meio de relações comerciais com empresas brasileiras ou multinacionais (não-chinesas).⁸

O estudo corroborou o resultado de Kupfer e Freitas (2018), segundo o qual existe certa diversidade de atuação das empresas chinesas, com tendência de expansão para setores de serviços. Os nossos resultados, contudo, vão além dos obtidos pelos referidos autores.

Além do grande número de firmas em atividades financeiras, a atuação de empresas chinesas na economia brasileira está também inserida em setores relevantes quanto aos fluxos de IED, como agropecuários, indústrias extrativas (embora com menor participação relativa de empresas nesses dois setores) e de transformação, produção e distribuição de energia elétrica, e construção, como indicado por Kupfer e Rocha (2018). Várias delas estão inseridas em setores de maior intensidade de inovação tecnológica e/ou infraestrutura, fundamentais para o desenvolvimento produtivo e, por conseguinte, para o crescimento de longo-prazo. Isso implica que o desenvolvimento industrial e as possibilidades de desenvolvimento econômico nacional passam a estar associados com as decisões de expansão da acumulação de capital industrial e de infraestrutura voltadas aos objetivos das empresas chinesas.

Nesse sentido, um resultado adicional deste estudo foi a constatação de ampla atuação de empresas chinesas em setores diversificados, particularmente no setor de serviços e, de forma ainda incipiente, em indústrias com maior conteúdo tecnológico. Interessantemente, isso está alinhado com a tendência apontada por Kupfer e Freitas (2018), e de acordo com a estratégia “*Go Global*” das autoridades chinesas, que guia a internacionalização de suas empresas.

Por um lado, isso sugere certa aderência das possibilidades dos investimentos, produção e emprego dos setores manufaturados aos objetivos chineses. Por outro, os investimentos chineses no Brasil, associados com uma tentativa de criar demanda e buscar novos mercados para empresas da China, implicam em aumento do conteúdo importado à medida que as empresas do país asiático passem a atuar em território nacional, tendência esta já identificada na literatura por Sarti e Laplane (2002) para o fluxo de IED de outros países para os anos 1990 da economia brasileira. Consequentemente, isso, alinhado à falta de políticas industriais concretas e efetivas *a la* Chang (2004) para a economia brasileira, pode reduzir os horizontes de desenvolvimento produtivo do capital nacional, como encadeamento para frente e para trás na estrutura produtiva nacional, a partir dos investimentos chineses.

⁸ Certamente, essa nuance é uma área bastante profícua de pesquisa científica. Nosso trabalho não explorou todas as interfaces nesse sentido, o que faz parte de uma agenda futura.

Nossos resultados indicam também considerável presença chinesa no setor comercial (atacadista e varejista), de produtos primários e de matérias-primas, confirmando as perspectivas indicadas por Kupfer e Freitas (2018). Não obstante, a diversificação da atuação chinesa na economia brasileira é maior do que Kupfer e Rocha (2018) apontaram. O estudo mostrou significativa presença chinesa em setores puramente financeiros da economia brasileira, relacionadas com oferta de créditos e inclusive com atividades financeiras especulativas. De certo modo, isso está associado com a expansão financeira chinesa por meio de empréstimos do Banco de Desenvolvimento da China (GARCIA, 2020) e com a intenção de promoção do uso da moeda chinesa no plano internacional (CEPAL, 2018).

Os resultados deste estudo indicaram importante atuação chinesa empresarial direta na economia brasileira, em diversos setores. O esforço original se concentrou em identificar a atuação chinesa a partir de uma base consolidada para a economia brasileira, similar ao que Kupfer e Freitas (2018) fizeram. No entanto, este trabalho não pretendeu esgotar todas as possibilidades de contribuições originais à literatura. As oportunidades são amplas. Cabe a trabalhos futuros discutir a presença chinesa indiretamente (isto é, por meio da identificação de um padrão de atuação chinesa como sócias de companhias brasileiras), bem como as possibilidades concretas de desenvolvimento brasileiro a partir do desenvolvimento produtivo nacional associado aos investimentos chineses.

REFERÊNCIAS

- BECARD, D. O que esperar das relações Brasil-China? *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, p. 31-44, 2011.
- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. *Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)*. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2021a. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/cadastro-nacional-da-pessoa-juridica---cnpj>. Acesso em jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Rede Nacional de Informações sobre Investimentos. *Relatórios de Anúncios de Projetos de Investimentos*. Brasília, DF: MDIC, 2021b. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/conteudo/index/item/34. Acesso em jan. 2021.
- CHANG, H-J. *Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.
- CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China*. Santiago: CEPAL, 2018.
- DUNNING, J. The eclectic paradigm of international production: A restatement and some possible extensions. *Journal of International Business Studies*, n. 19, p. 1-31, 1988.

- DUNNING, J., R. HOESEL, V. NARULA, R. *Third world multinationals revisited: New developments and theoretical implications*. Reading: University of Reading, 1997.
- GARCIA, A. Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na Índia: Arranjos institucionais, atores e impactos. *Revista Tempo do Mundo*, n. 22, p. 149-174, 2020.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. As relações bilaterais Brasil-China: A ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil. *Comunicado do IPEA*, n. 85, p. 1-18, 2011.
- JIAN, Z. *China's Energy Security: Prospects, challenges, and opportunities*. Washington, DC: The Brooking Institution, 2011.
- KUPFER, D.; FREITAS, F. R. Direções do investimento Chinês no Brasil 2010-2016: Estratégia nacional ou busca de oportunidades. In: JAGUARIBE, A. (Org.). *Direction of Chinese Global Investments: Implications for Brazil*. Brasília, DF: Funag, 2018.
- LIBÂNIO, G. Mr. Bolsonaro e os chineses: Uma sugestão de interpretação. *Brazilian Keynesian Review*, v. 2, n. 4, p. 300-312, 2018.
- MEDEIROS, C. China: Desenvolvimento econômico e ascensão internacional. *Excedente.org*: Grupo de Economia Política IE-UFRJ, 2014. Disponível em: <https://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/10.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- MEDEIROS, C.; CINTRA, M. Impactos da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. *Revista de Economia Política*, v. 1, n. 35, p. 28-42, 2015.
- OLIVEIRA, C. *Análise do investimento chinês no mundo entre 2005 e 2018*. 2020. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade de Campinas, Campinas 2020.
- OLIVEIRA, H. Brasil e China: Uma nova aliança não escrita? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. 2, p. 88-106, 2010.
- PEREIRA, L. As relações econômicas Brasil-China: Do comércio para o investimento. In: JAGUARIBE, A. (Org.). *Direction of Chinese Global Investments: Implications for Brazil*. Brasília, DF: Funag, 2018. p. 179-214.
- SARTI, F.; LAPLANE, M. F. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. *Economia e Sociedade*, v. 11, n. 1, p. 63-94, 2002.
- UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Economia. Grupo de Indústria e Competitividade. *GIC-Data*. Estudos Temáticos. Investimento Direto Estrangeiro Chinês no Brasil, 2010-2016. Rio de Janeiro: UFRJ, 2023. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/gic-gicdata>.
- UN – UNITED NATIONS. *United Nations Commodity Trade Statistics Database*. [S. l.]: UN, 2021. Disponível em: <http://comtrade.un.org/db/>. Acesso em: jan. 2021.